

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

Karini Aparecida Freitas e Tamiris Afonso de Oliveira

“LÁ EU ERA SELMA - A PROFESSORA, AQUI SOU SELMA - A ATINGIDA”: AS
RIQUEZAS SIMBÓLICAS DA ESCOLA DE PARACATU DE BAIXO ANTES DO
ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE REJEITOS DA SAMARCO

Mariana

2018

Karini Aparecida de Freitas

Tamiris Afonso de Oliveira

“Lá em Paracatu eu era Selma – a Professora, aqui em Mariana eu sou Selma – a atingida”: as riquezas simbólicas da escola de Paracatu de Baixo antes do rompimento da barragem de rejeitos da Samarco.

Trabalho de Conclusão de Curso - TCC apresentado à Disciplina EDU 381 sob responsabilidade da Prof^ª. Dr^ª. Rosa Maria da E. Coutrim, como exigência parcial para a obtenção do Título de Graduação em Pedagogia da Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Alexandra Resende Campos

Mariana

2018



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
Instituto de Ciências Humanas e Sociais - ICHS

**"LÁ EU ERA SELMA - A PROFESSORA, AQUI SOU SELMA - A ATINGIDA":
AS RIQUEZAS SIMBÓLICAS DA ESCOLA DE PARACATU DE BAIXO
ANTES DO ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE REJEITOS DA SAMARCO**

Autoras: Karini Aparecida de Freitas e Tamiris Afonso de Oliveira

Monografia aprovada em 06/12/18 pelos professores:


Prof. Dr. Alexandre Campos Resende

Universidade Federal de Ouro Preto


Profa. Dra. Rosa Maria da E. Coutim

Universidade Federal de Ouro Preto


Prof. Dr. Marcelo Loures

Universidade Federal de Ouro Preto

Mariana
2018

DEDICATÓRIA

Dedicamos esse trabalho aos moradores de Paracatu de Baixo, em especial a todos da Escola e em destaque aos alunos: Alerrandro, Pietra, Luan, e a Professora Selma que nos presenteou com relatos e histórias que permaneceram em nossas memórias. Que a esperança continue brilhando dentro de cada um de vocês, pois esperar é sonhar.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus por me dá força e discernimento para trilhar esse caminho. A minha Mãe e minhas irmãs por não desistirem de mim, acreditando sempre no que eu estava fazendo. Em especial a minha melhor professora/amiga Elodia Lebourg que contribuiu imensamente na minha trajetória de vida e escolar, que sempre acreditou no meu potencial e por me ensinar realmente o significado da palavra ternura. Aos meus queridos amigos João, Joyce, Luana e Michelle por serem meu grupo e minha união nesse percurso, por estarem sempre do meu lado e não me deixarem desistir, e as maravilhosas amigas que divido minha casa e todos os dias dessa graduação. Agradeço também a todos os professores que tive o prazer de ter contato durante o curso, em especial a Professora Rosa Coutrin com todo seu cuidado e carinho conosco e a querida orientadora Alexandra Campos por todo apoio e envolvimento no trabalho, calma e paciência de sempre, e por ter se tornado uma grande amiga.

Obrigada por não terem soltado a minha mão!!!

(Tamiris A. Oliveira)

Agradeço primeiramente a Deus e a minha mãe, Margarida, por tudo e por me permitirem chegar até aqui, sem desanimar e sempre ir em frente. Nesse momento de finalização de um curso, obrigada a todos que fizeram parte disso e sempre me apoiaram de alguma forma. Agradecimento especial também aos professores envolvidos nesse trabalho de conclusão de curso, a Prof. Rosa Maria da E. Coutrin, a Prof. Alexandra Campos e ao Prof. Marcelo Loures. Muita gratidão por ter sido presenteada durante esses 4 anos com amizades incríveis que vou levar no coração, em especial a Laura, Tatá, Denise, Bruna e minha sempre dupla de trabalhos Karine, as pessoas mais maravilhosas dessa universidade. E aos amigos de longa data que permaneceram e compreenderam minha ausência constante, em especial a Kárita que todos os dias me manda *memes* que me fazem rir e não surtar, e por me apresentar Ouro Preto. Por fim, um agradecimento especial ao Sandro, que é tão especial na minha vida, obrigada pelo carinho e pelo cuidado de sempre.

Só tenho a agradecer.

(Karini A. Freitas)

Agradecemos também a equipe pedagógica da Escola Municipal de Paracatu de Baixo pela disponibilidade em colaborar com nosso trabalho, em especial a Prof^a Selma e os estudantes Alejandro, Pietra e Luan.

RESUMO

O rompimento da barragem de rejeitos da mineradora Samarco, em um distrito da cidade de Mariana, Bento Rodrigues, teve um impacto imensurável: a lama proveniente do rompimento atingiu vários outros lugares, entre eles outro distrito marianense, Paracatu de Baixo, que foi um dos mais atingidos e completamente destruído. Este trabalho propõe a análise das peculiaridades existentes no dia a dia das escolas camponesas, tendo por objetivo investigar as riquezas simbólicas existentes na Escola Municipal de Paracatu de Baixo, antes e depois do rompimento da Barragem. Para isso, foram realizadas entrevistas com uma docente que atua na escola há mais de 20 anos e três alunos matriculados nos 4º e 6º anos do Ensino Fundamental. Foram utilizados como referências bibliográficas, neste trabalho, estudos que tratam da Educação Rural e da Educação do Campo, bem como algumas pesquisas desenvolvidas no âmbito da Sociologia da Educação, sobretudo aquelas acerca da escolarização de famílias camponesas. Os resultados revelaram uma mudança brusca no cotidiano escolar dos alunos e professoras: as riquezas comumente encontradas no cotidiano de uma escola camponesa foram apagadas e cederam lugar para uma rotina típica de uma escola urbana, localizada atualmente no centro de Mariana.

Palavras-Chave: Educação do Campo; Rompimento da Barragem da Samarco; Riquezas simbólicas.

ABSTRACT

The dam that burst at a Samarco's iron-ore mine, in Mariana's district named Bento Rodrigues, caused an immeasurable impact: the mud that leaked from the dam reached several nearby cities, among them Paracatu de Baixo, another district of Mariana, was one place between the most affected and completely destroyed. This term paper proposes the analysis of the peculiarities of the peasant schools' routine, with the aim of investigate the existing symbolic riches in the Municipal School of Paracatu de Baixo before and after the dam burst. For that, interviews were conducted with a teacher who has worked in the school for more than 20 years and with three students enrolled in elementary school. The references used in this paper was studies about rural education, peasant education and some developed researches in the scope of Sociology of Education, especially those about schooling of peasant families. The results revealed an abrupt change in students and teachers' school daily life: the cultural fortune commonly found in a peasant school everyday has been erased and gave way to a typical urban school routine, now located in Mariana's downtown.

Keywords: Field Education; Breaking of the Samarco Dam; Symbolic riches.

LISTA DE FIGURAS

Nº	LEGENDA	PÁGINA
1	Paracatu de Baixo antes do rompimento da barragem da Samarco	15
2	Paracatu de Baixo tomada pela lama	18
3	Escola Municipal de Paracatu de Baixo	19
4	Prédio onde funcionou a Escola no Morro Santana	21
5	Novo prédio provisório da Escola Municipal de Paracatu de Baixo	22

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	01
CAPÍTULO 1: CONTEXTUALIZANDO A EDUCAÇÃO DA POPULAÇÃO CAMPONESA NO BRASIL: DESAFIOS E PONTENCIALIDADES	05
CAPÍTULO 2: O DISTRITO E A ESCOLA MUNICIPAL DE PARACATU DE BAIXO	13
2.1 Sobre os aspectos metodológicos	15
CAPÍTULO 3: UMA ESCOLA SOTERRADA PELA LAMA DE REJEITOS DA SAMARCO E O APAGAMENTO DAS SUAS RIQUEZAS SIMBÓLICAS	18
3.1 O que mudou em relação às riquezas simbólicas da Escola?	22
3.1.1 “São pessoas que eu convivi muito”: As relações de afetividade entre professor e aluno	23
3.1.2 “Eles não conhecem o meu filho, isso não acontecia lá”: O rompimento do elo entre a escola e comunidade.	25
3.1.3 “Olha os atingidos, lá vem os atingidos, a escola dos atingidos, parou o trânsito por causa dos atingidos”: A perda da identidade dos moradores de Paracatu de Baixo.	27
3.1.4 “Eu não tenho espaço para brincar, só lá na garagem na minha casa”: A percepção das crianças sobre o território do brincar e os momentos de diversão.	28
3.1.5 “Vão brincar de barro onde? A maioria mora em apartamento aqui, a escola é grama sintética”: a percepção da Professora sobre as mudanças nas brincadeiras.	29
3.1.6 O pastel da Dona Laura, mania de bala e os causos do Mie: a representatividade de alguns moradores e sua ligação com a Escola.	31
CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	37
ANEXO 1: TERMO DE CONSENTIMENTO	39
ANEXO 2: ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS ALUNOS	43
ANEXO 3: ROTEIRO DE ENTREVISTA COM A PROF^a SELMA	44

INTRODUÇÃO

Em 05 de novembro de 2015, rompeu-se uma barragem de rejeitos da mineradora Samarco, localizada no distrito de Bento Rodrigues, pertencente à cidade de Mariana-MG. A lama, proveniente do rompimento, atingiu várias comunidades da região, sendo o distrito de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo os mais atingidos, ambos completamente destruídos. O impacto ambiental é imensurável, além das perdas materiais e imateriais dos moradores atingidos. A lama chegou ao Rio Doce, contaminando toda a água e atingindo seus afluentes. Essa tragédia foi considerada o maior impacto ambiental e social da história brasileira, e a maior do mundo envolvendo barragens de rejeitos.

Os moradores de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo residem na cidade de Mariana, em casas alugadas pela Samarco, enquanto aguardam o processo de indenização na justiça. As duas escolas pertencentes a esses distritos estão funcionando na cidade de Mariana. Os alunos, além de conviverem com a complexidade dos problemas envolvidos nessa tragédia, tiveram seu processo de escolarização diretamente afetado. A rotina escolar de uma pequena e sossegada escola do campo perdeu bruscamente suas características para a rotina de uma escola urbana, complementemente descontextualizada de suas histórias de vida.

Após o rompimento, os alunos das escolas dos distritos de Paracatu de Baixo e Bento Rodrigues foram remanejados para Mariana, e um fato chamou muito a nossa atenção. O espaço cedido provisoriamente à escola de Bento Rodrigues, distrito que está no foco da grande mídia, localiza-se no bairro Catete, no centro da cidade. Trata-se de uma grande casa, com fachada bonita e com letreiro grande com o nome da escola, o prédio é de fácil visualização para qualquer morador ou turista que chegue a cidade. Já a escola de Paracatu de Baixo, distrito que não teve a mesma visibilidade midiática, funcionava em uma casa com estrutura precária para uma rotina escolar, localizada no Morro Santana, um bairro periférico e afastado do centro da cidade.

Somente em agosto de 2018, a Escola Municipal de Paracatu de Baixo instalou-se em um prédio próprio, construído pela Samarco, no centro da cidade, numa área comercial e movimentada. A Escola irá funcionar temporariamente neste prédio até as famílias serem reassentadas. Assim, estes alunos encontram-se imersos em um contexto escolar completamente descaracterizado de uma escola do campo e ainda sofrem com as

indefinições e imprevisibilidades do processo judicial indenizatório que se arrasta há 03 anos.

Ao deixarem todas as especificidades próprias da rotina de uma escola do campo e serem transferidos, de forma drástica, para uma escola localizada na cidade de Mariana, os alunos passam a vivenciar outra lógica escolar. Com ares urbanos, ao chegar na Escola Municipal de Paracatu de Baixo, no Morro Santana, a primeira mudança foi um muro gradeado, portão fechado e acorrentado com um cadeado. As singularidades encontradas nas escolas do campo parecem inexistentes. O ambiente escolar, que antes era tranquilo, perdeu a liberdade do campo e sofre impactos da insegurança da cidade. Por este motivo, a temática desse trabalho está voltada para as peculiaridades existentes no dia a dia das escolas camponesas, tendo o olhar direcionado para a Escola Municipal Paracatu de Baixo.

Estudos e pesquisas que tomaram como foco o processo de escolarização das famílias e escolas do campo (CAMPOS, 2014; PORTES; ET AL. 2012; CAMPOS, 2010; ROCHA; ET AL. 2018) tem revelado as riquezas simbólicas existentes no interior dessas instituições. Trata-se de relações cotidianas específicas que são propiciadas pelas singularidades das culturas camponesas, do clima tranquilo onde essas escolas estão estabelecidas; do envolvimento dos moradores com a instituição; de relações mais próximas e afetuosas entre professores e alunos, além da relação estreita entre família e escola. Vale lembrar também que são escolas abertas, tanto no sentido literal, como nas relações que estabelecem com a comunidade local.

Ao observarmos o cotidiano das escolas do campo, verificamos que as relações pedagógicas são diferentes se comparado as escolas urbanas. As escolas, em sua maioria, são integrantes e presentes na comunidade. Por terem um número reduzido de crianças, o educador consegue acompanhar de perto o desenvolvimento do aluno e seu histórico familiar. Logo, não é de se estranhar o fato da escola se tornar uma extensão do ambiente familiar. Além disso, os moradores se envolvem nas festividades escolares, mesmo que não tenham filhos ou parentes matriculados na instituição.

Considerando estes aspectos, levantamos os seguintes questionamentos que serão respondidos ao longo do texto: Qual a percepção dos alunos no que se refere às relações cotidianas e pedagógicas na escola localizada em Mariana? Quais riquezas simbólicas existiam quando a escola localizava-se no distrito de Paracatu de Baixo? Quais as principais lembranças e memórias que os alunos guardam da Escola antes do rompimento da Barragem?

A hipótese levantada era de que esse processo drástico e repentino de mudança do contexto escolar tenha causado grandes interferências nas relações escolares dos alunos. Acreditamos também que boa parte das riquezas simbólicas verificadas na Escola do distrito perdeu-se, permanecendo apenas nas memórias dos envolvidos.

Portanto, o objetivo desse trabalho foi investigar as riquezas simbólicas existentes na Escola Municipal de Paracatu de Baixo antes e depois do rompimento da barragem, tendo como foco as relações estabelecidas entre os membros da comunidade educativa. Para tanto foram entrevistadas uma professora da Escola que atua há 24 anos na instituição e 3 alunos matriculados no 4º e 6º ano.

Vale destacar que a escolha por essa temática ocorreu por meio das discussões realizadas e textos lidos na disciplina eletiva que cursamos no sétimo semestre do curso de Pedagogia, “Educação no Meio Rural - EDU 408”. Com outros olhos, compreendemos as características e peculiaridades das escolas do campo e a perspectiva teórica da Educação do Campo como uma quebra de paradigma ao modelo hegemônico da Educação Rural. Além disso, nossa trajetória escolar foi percorrida em escolas do campo, pertencentes ao município de Mariana e Ouro Preto, levando também a identificação da temática. Outro ponto considerável é o fato de fazermos parte da população marianense. Mesmo que não habitássemos as localidades atingidas pela lama, acompanhamos de perto toda a movimentação da cidade, enfrentamentos, perdas, anseios e tristezas junto aos moradores atingidos diretamente. Vimos a migração forçada dos moradores do campo para a cidade e todas as implicações físicas, ambientais, psicológicas, sociais e históricas envolvidas.

Este estudo também tem grande relevância para os estudos atinentes a Educação do Campo. Ao verificarmos os estudos e pesquisas que tratam da educação da população camponesa ao longo do século XX, ficam evidentes os aspectos negativos: descaso do poder público; currículo descontextualizado; salas multisseriadas; professores sem formação apropriada; inadequação dos prédios escolares; ausência de supervisor pedagógico; entre outros. Logo, este estudo tende a explorar aspectos ainda silenciados no campo acadêmico, ou seja, em um cenário educacional cujo histórico é a pobreza e a precariedade, reflexos de uma cultura urbanocêntrica, existem riquezas simbólicas.

Outro aspecto é que este estudo poderá levantar questões sobre a valorização dos povos das localidades que foram atingidos diretamente pela lama, pois esses moradores tem sido alvo constante de preconceito por parte de moradores da cidade de Mariana.

O trabalho foi estruturado em três capítulos, além da presente Introdução, Considerações Finais e Referências Bibliográficas. No primeiro capítulo apresentamos alguns aspectos históricos e características da educação destinada às populações camponesas no Brasil, mostrando o descaso do poder público e suas mazelas. Destacamos também alguns aspectos da Educação do Campo, suas perspectivas e conquistas. Assim foi possível compreender em que cenário educacional brasileiro situava a Escola de Paracatu de Baixo. No segundo capítulo destacamos algumas informações sobre o distrito e a Escola de Paracatu de Baixo, além dos aspectos metodológicos de realização da pesquisa. Já no último capítulo apresentamos os resultados e as análises das entrevistas sobre as riquezas simbólicas da Escola antes do rompimento da barragem.

CAPÍTULO 1- CONTEXTUALIZANDO A EDUCAÇÃO DA POPULAÇÃO CAMPONESA NO BRASIL: DESAFIOS E PONTENCIALIDADES

Historicamente os índices educacionais da população camponesa apresentam fortes desigualdades se comparado com os índices da população urbana. Segundo a Fundação de Apoio Institucional ao desenvolvimento Científico e Tecnológico, vinculada a Universidade Federal de São Carlos, os dados da pesquisa de 2014 sobre a diminuição drástica no número de escolas do campo, apontam que entre os jovens das 923.609 famílias que viviam em 8.763 assentamentos no Brasil, 15,58% não foram alfabetizados; 42,27% cursaram apenas até a antiga 4ª série; 27,27% concluíram o ensino fundamental; 7,36% fizeram uma parte do ensino médio e 6,04% concluíram a Educação Básica. Esse contraste é reflexo do descaso do poder público em relação às iniciativas governamentais voltadas para a população camponesa. Este percentual vem caindo ao longo dos anos, mas de acordo com essa mesma pesquisa um quarto dos camponeses são considerados analfabetos.

Em pesquisa realizada em 2007 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea, sobre educação, juventude e raça, as desigualdades de taxas entre rural e urbana persiste quando considera-se os anos de estudos. A população urbana acima de 15 anos permanece na escola por 8,5 anos, já os moradores rurais permanecem 4,5 anos. Em 1992 essa taxa era de 2,6 anos entre os camponeses. O estudo também afirmou que no ano de 2007 o nível de escolaridade dos jovens de comunidades rurais era 30% inferior aos de zona urbana.

Segundo Molina e Freitas (2011) a relação de matrícula no meio rural entre os anos iniciais e finais do ensino fundamental deixa claro que, para duas vagas nos anos iniciais, existe uma nos anos finais. Essa proporção pode ser feita também com relação aos anos finais do ensino fundamental e médio, pois seis vagas nos anos finais do ensino fundamental correspondendo a apenas uma vaga no ensino médio. Podemos observar que essa desproporção na distribuição das vagas ofertadas nos mostram uma diminuição na oferta educacional do meio rural, dificultando ainda mais o avanço escolar daqueles alunos que desejam prosseguir os seus estudos em escolas localizadas no próprio território.

Tais disparidades são reflexos do modo como a educação das populações camponesas foi tratada ao longo da história educacional brasileira. O discurso urbanizador, associado ao processo de industrialização do Brasil, direcionaram as ações

governamentais para a educação dos moradores da cidade, tratando a educação dos moradores do campo como uma educação subalterna.

Historicamente a educação das populações camponesas foi tratada de forma marginalizada pelas políticas públicas. O processo de industrialização e urbanização do país contribuiu para acelerar o processo migratório campo-cidade. Dessa forma, muitos problemas foram desencadeados por conta do crescimento desordenado das cidades, subsidiando o aumento dos cortiços, doenças, condições de vida inadequadas, higiene e violência. Esses são os problemas causados pelo forte êxodo rural nas primeiras décadas do século XX, além de vincular todos os esforços governamentais de crescimento e prosperidade econômica para o meio urbano, deixando as populações camponesas esquecidas.

Segundo Vieira e Fernandes (2012, p.35) “A escola rural, no Brasil, foi construída, tardiamente, e sem o apoio necessário do Estado para que se desenvolvesse”. Os autores apontam que até as primeiras décadas do século XX a educação era privilégio de poucos, sobretudo, no meio rural. Rocha (2013) informa que até meados dos anos de 1940 não se observa nenhuma ação concreta em torno da implementação da escola no meio rural. Dessa forma é visível o descaso e a desvalorização da educação das populações camponesas.

A Educação voltada aos camponeses teve destaque no ano de 1942, no VIII Congresso Brasileiro de Educação, sendo o tema da escolarização dessa população uma das pautas principais, no entanto ficavam evidentes as intenções nacionalistas e burguesas do Estado Novo (LEITE 1999). Era elevado o número de analfabetos e todos os problemas enfrentados, inclusive uma falta de mão de obra qualificada para trabalhos rurais, porém nessa reunião só se viu uma disputa entre a antiga e a nova oligarquia, em termos educacionais de fato, pouco foi discutido. Ainda na década de 1940, é importante ressaltar a criação da CBAR (Comissão Brasileiro-Americana de Educação das Populações Rurais), com o intuito de desenvolver projetos educacionais nas comunidades rurais e a capacitação dos professores que lá atuavam, promover debates e seminários sobre a temática, criação de clubes agrícolas e conselhos comunitários para os moradores.

Na década de 1950, com a crescente demanda por mão de obra qualificada para atender o mercado industrial e com o processo de mecanização da agricultura, os projetos de extensão rural ganharam força, contando com apoio da política externa norte americana. Segundo Leite (1999), a Escola Rural foi engajada nesse ideário. O que

aconteceu foi que a vida dos camponeses sofreu uma alteração nas relações sociais e culturais. De um momento para outro as populações do campo passaram a receber técnicos extensionistas, agentes sociais e outros profissionais que disseminavam o lema de instruir e modernizar o campo brasileiro. Suas ideias e conhecimentos técnicos foram impostos aos camponeses, favorecendo ainda mais o processo de expropriação cultural desses povos. O discurso disseminado nesses programas extensionistas era combater as mazelas do campo, como a fome, a desnutrição e a falta de escolarização de um povo tão sofrido e empobrecido do Brasil. “Para o programa de Extensão, o rurícola brasileiro era tido como um indivíduo extremamente carente, que deveria ser assistido e protegido” (LEITE, 1999, 34). Este programa educacional reforçava, de certo modo, as desigualdades sociais, já que se tratava de uma escolarização verticalizada, de cunho exploratório e voltado para o desenvolvimento agrário.

Ainda na década de 1950 teve início a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER), sendo desenvolvido alguns projetos, como a criação de um trabalho educacional para adultos. Contudo, não foi um programa tão inovador, era muito limitado e reproduzia um modelo de dominação capitalista, ficando camuflados os verdadeiros problemas da Educação Rural. As lutas e reivindicações da população camponesa não eram ouvidas pelo poder público, assim a CNER não teve o êxito esperado, não trazendo melhorias de fato para a população. Nessa década foram marcantes os interesses capitalistas de criar iniciativas educacionais para a população camponesa, no sentido de garantir o processo de modernização e mecanização da agricultura.

No século seguinte, o Brasil passou pela ditadura militar e a educação ofertada passou diretamente a atender objetivos específicos de uma ideologia empresarial e estatal. A perspectiva tecnicista foi predominante, sendo logo retirado dos currículos conteúdos críticos e reflexivos (artes, filosofia, sociologia etc) para ceder espaço para matérias específicas para a classe operária, sempre visando o capital e a produção.

Seguindo o contexto deste período, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB 5.692/1971, não assegura a efetividade de ações educacionais voltadas para a realidade camponesa. Leite (1999, p.43) aponta que nesse período militarista: “a ligação educação/trabalho/desenvolvimento vinculada à educação rural, a partir da nova estruturação curricular, assume, por assim dizer, uma dimensão de nivelamento, isto é, de anulação da dicotomia cidade/campo”. O autor também afirma que ainda sofrendo as consequências de um período militarista, nos anos de 1970 era gritante o número de

analfabetos no Brasil. Com o objetivo de sanar tal situação foi desenvolvido o primeiro plano Nacional de Desenvolvimento, que dá suporte ao MEC para a criação de projetos como o EDURURAL. Nessa década, o segundo grau era praticamente inexistente no campo, e essas escolas rurais não tinham o objetivo de desenvolver o aluno criticamente, um sujeito capaz de refletir, e sim visavam a produção de uma formação para o mercado de trabalho, transformando-os em mão de obra barata.

Basicamente, até os anos de 1980, a educação no meio rural foi pensada sem considerar as reais necessidades da população camponesa, ocorrendo ações verticalizadas que desvalorizavam a cultura local, a história e suas demandas sociais e educativas. Com as constantes omissões e negligências do poder público em relação à educação dos camponeses, é possível destacar alguns aspectos que caracterizavam a Educação Rural.

Segundo Ribeiro (2012), a educação Rural se identifica com o sujeito a qual ela se destina, ou seja, para moradores dessas zonas rurais e camponeses que tem como subsidio a agricultura e recebem muito pouco pelo seu trabalho, porém esse modelo de escola rural não tem um currículo adequado ao seu público. A autora aponta:

Para estes sujeitos, quando existe uma escola na área onde vivem, é oferecida uma educação na mesma modalidade da que é oferecida às populações que residem e trabalham nas áreas urbanas, não havendo, de acordo com os autores, nenhuma tentativa de adequar a escola rural às características dos camponeses ou dos seus filhos, quando estes a frequentam. (RIBEIRO, 2012,p.295).

Ainda, segundo Ribeiro (2012), a escola rural se destinava a oferecer elementos básicos de leitura e escrita e operações matemáticas simples, e mesmo com turmas multisseriadas não conseguiu cumprir o objetivo a ela atribuído de alfabetizar no campo, gerando como resultado um nível alarmante de analfabetismo. A educação rural precisava ser mais contextualizada com o trabalho e com a vida dos agricultores, uma vez que os filhos dos camponeses tinham essa necessidade de aproximação, pois grande parcela abandoava a escola para ajudar a família nas roças, de onde se tira a expressão “agricultura familiar”, e na escola apenas se estudava, pois o conteúdo aprendido em nada se contextualizava com o trabalho da terra. As crianças camponesas ingressavam mais tarde nas escolas e permaneciam por menos tempo, devido a todas as dificuldades enfrentadas e a necessidade de ajudar em casa. Portanto, para garantir a permanência desses alunos na escola era necessário ofertar as atividades práticas como base da

aprendizagem, produzindo conhecimentos. Contudo, um dos empecilhos também era a formação docente, sempre vinculada com o modelo de educação urbana. Como não recebiam orientação para lidar com a realidade camponesa, não ocorria a efetivação de uma atuação docente vinculada as relações com a comunidade em que a Escola estava inserida.

Ao se pensar na situação dos professores que lecionavam nas áreas rurais observamos uma disparidade salarial entre os professores que atuavam nas cidades. Maia (1982) aponta que o salário do professor que atuava em escolas rurais era muito baixo, sendo inferior ao piso salarial estipulado.

No entanto, na década de 1990, com o crescimento dos movimentos sociais ligados ao campo, um novo tipo de Educação voltado para as realidades dos camponeses começou a ser gestado e algumas conquistas no campo das políticas públicas foram efetivadas.

De acordo com os estudos de Antunes-Rocha; et al. (2018), já no final do século XX, a população campesina de diversas regiões do país, na luta por seus direitos, articularam uma proposta educativa que atendesse as reais necessidades, sendo criado então em 1996 o Movimento por uma Educação do Campo, tendo como idealizadores o MST e a Contag (Conferencia Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), além de contar com o apoio dos centros Familiares de Apoio por Alternância, das universidades, ongs e igrejas. Esse movimento, segundo os autores, impulsionou a luta para criação de políticas publicas que rompessem com a situação precária das escolas do campo e implantassem um sistema educacional diferenciado que atendesse as demandas do campo.

Trata-se do Movimento Nacional por uma Educação do Campo. Segundo Caldart (2018), o surgimento da expressão Educação do Campo pode ser datado, pois surge primeiramente como Educação Básica do Campo durante as preparações da I Conferencia Nacional por uma Educação Básica do campo, que aconteceu na cidade de Luziânia, no estado de Goiás, entre 27 a 30 de julho de 1998. Então ela passa a ser denominada como Educação do Campo a partir de debates durante um seminário nacional realizado no Distrito Federal entre 26 a 29 de novembro de 2002, tal decisão de mudança de nomenclatura foi reafirmada durante a II Conferencia Nacional realizada em julho de 2004.

Diversos congressos e muitos debates aconteceram acerca da temática da educação dos camponeses, e de se pensar em uma educação articulada com os

movimentos sociais a qual se inserem. Então, na perspectiva de romper com o termo Educação Rural, e vincular a educação com os indígenas, quilombolas e trabalhadores rurais, se pensa em um novo formato:

Utilizar-se-á a expressão campo, e não a mais usual, meio rural, com o objetivo de incluir no processo da conferência uma reflexão sobre o sentido atual do trabalho camponês e das lutas sociais e culturais dos grupos que hoje tentam garantir sobrevivência desse trabalho. Mas, quando se discutir a educação do campo, se estará tratando da educação que se volta ao conjunto dos trabalhadores e das trabalhadoras do campo, sejam os camponeses, incluindo os quilombolas, sejam as nações indígenas, sejam os diversos tipos de assalariados vinculados à vida e ao trabalho no meio rural. Embora com essa preocupação mais ampla, há uma preocupação especial com o resgate do conceito de camponês. Um conceito histórico e político... (KOLLING, NERY e MOLINA, 1999, p. 26)

Caldart (2012) afirma também que o esforço ocasionado para a constituição da Educação do Campo ainda é perceptível nos dias de hoje e que através das lutas pela mudança educacional no campo e, sobretudo, nas áreas de reforma agrária e nas lutas do Movimento Rural dos Trabalhadores Sem Terra - MST. Para contextualizar a educação com as lutas e resistência do povo torna-se necessário articular as experiências históricas do grupo no processo de educação, a fim de fortalecê-las. Um exemplo são as Escolas Famílias Agrícolas; Escolas Indígenas; Escolas Quilombolas; do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB); escolas de assentamentos, entre outras

A realidade que produz a Educação do Campo não é nova, mas ela inaugura uma forma de fazer seu enfrentamento. Ao afirmar a luta por políticas públicas que garantam aos trabalhadores do campo o direito à educação, especialmente à escola, e a uma educação que seja no e do campo, os movimentos sociais interrogam a sociedade brasileira: por que em nossa formação social os camponeses não precisam ter acesso à escola e a propalada universalização da educação básica não inclui os trabalhadores do campo? (CALDART, 2012, p.261).

Com isso, o campo passa a ser visto como uma área de possibilidades, Porto (1994) afirma a necessidade de se conhecer o sujeito dessa educação e buscar novos horizontes, “que permita a livre manifestação da cultura das crianças da "roça", sem preconceitos e julgamentos”.

A educação do campo, tratada como educação rural na legislação brasileira, tem um significado que incorpora os espaços da floresta, da pecuária, das minas e da agricultura, mas os ultrapassa ao acolher em

si os espaços pesqueiros, caçaras, ribeirinhos e extrativistas. O campo, nesse sentido, mais do que um perímetro não urbano, é um campo de possibilidades que dinamizam a ligação dos seres humanos com a própria produção das condições da existência social e com as realizações da sociedade humana. (ARROYO; CALDART; MOLINA, 2004, p. 176).

Portanto o cenário da Educação do Campo é de resistência e luta pelos direitos negados a população do campo. Direito ao reconhecimento da sua cultura, dos seus saberes e de uma educação pensada pelos camponeses e não para os camponeses. Arroyo (2015) relembra o momento solene de inauguração do curso de Pedagogia da Terra, na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (FAE-UFMG) em que o grito das militantes eram “Ocupemos o latifúndio do saber”. Arroyo (2015, p.54) aponta que “nesse grito militante fica expresso de um lado a consciência do direito ao conhecimento, mas fica também expressa a consciência de que o conhecimento tem sido apropriado, cercado para poucos, lhes foi negado aos povos do campo”.

O Movimento Nacional por uma Educação do Campo luta por escolas localizadas no campo e que, atenda, sobretudo, as demandas dos camponeses. Ela deve ser consonante ao movimento a que seu grupo pertence e deve propiciar o desenvolvimento da comunidade na qual a Escola está inserida. Não deve ser uma educação que atenda aos interesses do Estado, mas sim dos camponeses.

É preciso compreender que a educação do campo não emerge no vazio e nem é iniciativa das políticas públicas, mas emerge de um movimento social, da mobilização dos trabalhadores do campo, da luta social. É fruto da organização coletiva dos trabalhadores diante do desemprego, da precarização do trabalho e da ausência de condições materiais de sobrevivência para todos. (VENDRAMINI, 2007, p.123)

Segundo Souza (2008), nos últimos anos, a educação do campo conquistou lugar na agenda política nas três esferas governamentais: municipal, estadual e federal. Tais conquistas foram frutos das constantes lutas dos movimentos sociais ligados a via camponesa, articulados com vários setores da sociedade como universidades e organizações da sociedade civil. Entre essas conquistas é possível citar o Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária – PRONERA; as Diretrizes Operacionais e Complementares para a Educação Básica das Escolas do Campo (2002 e 2008); o ProJovem Campo – Saberes da Terra; o reconhecimento do Ministério da Educação dos

dias letivos na pedagogia da alternância - Parecer CNE/CEB nº 1/2006; a institucionalização dos cursos de Licenciatura em Educação do Campo – Edital 02/2012-SESU/SETEC/SECADI/MEC, entre outras.

Em Minas Gerais, no ano de 2015 foi aprovada, pela Secretaria Estadual de Educação, a Resolução 2820 que institui as Diretrizes para a Educação Básica das escolas do Campo. Através dessas diretrizes, várias escolas são reconhecidas como escolas do campo, tanto a nível estadual como também municipal, uma vez que comumente as secretarias municipais de educação seguem a legislação estadual. Essas diretrizes evidenciam os princípios da Educação do Campo e regulamentam vários aspectos educacionais no sentido de garantir a efetivação de uma política educacional do Campo.

Considerando todos estes aspectos, a história da Educação Rural; o descaso histórico do poder público no atendimento educacional aos povos camponeses e as políticas educacionais voltadas para a perspectiva do Movimento Nacional por uma Educação do Campo, voltamos nosso olhar para a Escola Municipal de Paracatu de Baixo. Como inseri-la neste contexto?

Em 2015, ano de rompimento da barragem de rejeitos da Samarco, a Escola já tinha 38 anos de existência. Durante este tempo construiu uma história com a comunidade, criou um elo com os moradores, fazia parte da história de Paracatu de Baixo. Ao mesmo tempo resistiu há todos esses anos com o descaso das políticas públicas no tocante a educação das populações camponesas. Nos últimos anos, a Escola assistiu aos avanços das políticas ligadas a Educação do Campo, sobretudo, as Diretrizes Operacionais e Complementares da Educação Básicas para as Escolas do Campo de 2002 e 2008¹. Com essas diretrizes a Escola tinha garantias legais para continuar atendendo aos moradores na própria comunidade e reivindicar seus direitos enquanto Escolas do Campo, sendo ainda fortalecida com a Resolução SEE-MG 2820/2015.

No entanto, na data de publicação desta última Resolução, 11 de dezembro de 2015, a Escola de Paracatu de Baixo estava imersa pela lama de rejeitos da mineradora Samarco.

¹ Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002 e Resolução nº 2, de 28 de abril de 2008.

CAPÍTULO 2: O DISTRITO E A ESCOLA MUNICIPAL DE PARACATU DE BAIXO²

O distrito de Paracatu de Baixo, situado na zona rural de Mariana, encontra-se a 35 km da cidade. Era um povoado pequeno, com aproximadamente 140 famílias. Alguns moradores exerciam atividades remuneradas no centro urbano e outros eram trabalhadores rurais, dedicavam-se ao plantio de milho, feijão, produção leiteira e criação de aves para a subsistência da família. A principal atividade cultural do distrito era a Folia de Reis, realizada entre o Natal e o dia de Santo Reis. Celebrada a mais de 50 anos, era uma das festas mais importantes para o distrito, tradição que vinha sendo passada de pai para filho. A folia saía de Paracatu e passava pelas localidades vizinhas, retornando no dia 06 de janeiro para comemorar o dia de Reis.

Tinha também a festa do Menino Bom Jesus, que acontecia em setembro, momento em que os moradores faziam fogueiras; hasteamento de mastro; celebração em homenagem ao menino Jesus e procissão. A folia e os grupos de congados vizinhos estavam presentes nesses momentos. Para finalizar o ano tinha a comemoração da formatura dos alunos da Escola, onde toda comunidade participava, “um verdadeiro baile de gala”, segundo uma das professoras e moradoras de Paracatu.

Durante os finais de semanas e feriados as pessoas da comunidade ficavam mais tempo na rua, conversando umas com as outras e visitando os vizinhos. Pelas ruas tinha uns banquinhos que o pessoal gostava de ficar sentado, tinha também um pé de ameixa, um ponto de encontro entre muitas pessoas que moravam lá. Outro ponto de encontro e também de diversão era o famoso boteco da dona Laura, onde vendia o tradicional “pastel da dona Laura”, local onde eles se reuniam para tomar uma cerveja, enquanto outras pessoas estavam jogando bola.

Sábado ocorria a celebração da palavra na igreja, momento importante para essas pessoas, pois era predominante a religião católica. Vinculada às atividades da igreja, tinha o grupo de oração; o coral que cantava na igreja; a coroação realizada no mês de maio e as festas religiosas descritas no parágrafo anterior. A Igreja de Santo Antônio de Paracatu de Baixo tinha como padroeiro o Santo Antônio, por isso ocorria à comemoração da festa desse Santo.

² As informações sobre o distrito e a Escola foram obtidas através de entrevista e conversas informais realizadas com a Professora Selma, participante dessa pesquisa.

A Escola Municipal de Paracatu de Baixo foi fundada em 1977, pelo decreto municipal de nº 774. A instituição tinha um espaço físico amplo, eram dois andares com salas de aulas, refeitório, biblioteca, banheiro, sala dos professores, direção e cantina. A quadra poliesportiva da comunidade situava-se em frente à escola, sendo utilizada diariamente pelos moradores e pelos alunos. A escola oferece educação infantil e ensino fundamental completo, no ano do rompimento da barragem (2015) havia 67 alunos matriculados. Hoje a localidade e a Escola encontram-se ainda tomados pelos rejeitos da lama.

A maior parte dos funcionários que atuava na Escola era do próprio distrito ou da região, assim os profissionais que ali atuavam eram conhecidos dos moradores e dos alunos, tendo até mesmo relação de parentesco. O fato de serem conhecidos uns dos outros, repercutia em uma proximidade entre a Escola e a comunidade. Os moradores, mesmo não tendo filhos ou parentes matriculados na instituição, envolviam-se com as atividades escolares. Ajudavam nos preparativos e participavam das festas, além do espaço ser um ponto de referência para os moradores.

Celani (1999) pontua que a escola da zona rural muitas vezes é vista como extensão da comunidade. É imperceptível o ponto que termina a comunidade e o ponto que termina a instituição, ou seja, escola e comunidade estão completamente articuladas. A escola era um espaço de desenvolvimento cultural dos moradores locais e comunidades vizinhas. Desenvolviam atividades em conjunto, a aula não terminava quando tocava o sinal, uma vez que alguns alunos e moradores interagiam naquele espaço, sobretudo na quadra, mesmo em horários e dias não letivos.

Como veremos no próximo capítulo, as relações da Escola com a comunidade eram estreitas e singulares. Antes de apresentar os resultados e análises das entrevistas realizadas é importante abordar os caminhos metodológicos percorridos para a realização deste trabalho.



Figura 1: Paracatu de Baixo antes do rompimento da barragem da Samarco
(Na parte superior, ao lado direito da imagem, encontra-se a Escola).
Fonte: Acervo pessoal da Prof^a Angélica

2.1 Sobre os aspectos metodológicos

Inicialmente realizamos um levantamento bibliográfico sobre estudos e pesquisas relacionados a Educação Rural e Educação do Campo, aspectos históricos e suas características. Nossas leituras também estiveram focadas em alguns trabalhos que tratam da dinâmica das famílias do campo e sua relação com a escola (ROCHA; ET AL., 2018; CAMPOS, 2014; PORTES; ET AL. 2012; CAMPOS, 2010). Sendo assim, realizamos fichamentos e resumos dos textos lidos.

Ao definirmos que focaríamos a nosso trabalho na Escola Municipal de Paracatu de Baixo fomos até a instituição para estabelecer um primeiro contato e conversar com a direção sobre o nosso interesse. Naquele momento (junho de 2018) a escola localizava-se no Morro Santana. A diretora demonstrou abertura para o desenvolvimento do trabalho e nos avisou que no próximo semestre a Escola mudaria para um novo prédio escolar, no centro de Mariana. Combinamos de retornar no início do segundo semestre para apresentarmos nossa proposta de trabalho sobre as riquezas simbólicas da Escola para os familiares e professores.

Em agosto do corrente ano, participamos da primeira reunião de pais do bimestre. Apresentamos o projeto da nossa pesquisa e pedimos a autorização dos pais

para que seus filhos, matriculados no quarto e quinto ano³, pudessem colaborar com o trabalho, participando de rodas de conversas e entrevistas na própria Escola⁴. Os familiares não demonstraram interesse, não fizeram perguntas e ao final nenhum deles nos procurou para assinar o termo de consentimento⁵.

Combinamos com a Pedagoga da Escola de escrever um bilhete apresentando o nosso trabalho, junto com o termo de consentimento, para ser enviado aos pais. Deixamos o bilhete com a professora do 4º e 5º ano, ela explicou para os alunos do que se tratava e orientou que caso tivessem interesse em participar do trabalho deveriam retornar com o termo assinado pelos responsáveis. Após idas e vindas à escola, conseguimos o aceite de apenas um aluno. Assim, tentamos pela participação dos alunos do 6º ano. Após o envio dos bilhetes, dois alunos demonstraram interesse e tiveram o consentimento dos pais. Assim, realizamos as entrevistas com os estudantes Alerrandro, Luan e Pietra e com a professora Selma⁶ que atuava na escola há 24 anos e era moradora de Paracatu de Baixo. Selma, logo no primeiro contato, demonstrou-se solícita em colaborar com o nosso trabalho.

Os participantes desse trabalho são pessoas envolvidas diretamente no processo de deslocamento forçado e adaptação a uma nova realidade e contexto escolar, além de terem perdido bens materiais e imateriais tomados pela lama de rejeitos da Samarco. São atores sociais repletos de histórias e relatos para contar, momentos de dores, tristezas, lembranças boas do tempo que viviam em Paracatu e esperanças de novas realidades.

Realizamos uma entrevista semiestruturada com a Profa. Selma, com duração de 90 minutos, no Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS) da UFOP na sala da nossa orientadora. A escolha em realizar a entrevista no ICHS foi feita pela própria entrevistada. No dia da entrevista fizemos um cafezinho com biscoito para deixar o ambiente mais tranquilo e agradável, foi uma conversa longa e proveitosa.

³ Inicialmente optamos pelos alunos do 4º e 5º ano pelo fato de terem uma trajetória na instituição antes e depois do rompimento da barragem. Trata-se de uma única turma, pois é uma sala bisseriada.

⁴ A escola já funcionava no novo prédio.

⁵ Naquele momento deixamos claro para as famílias que nosso objetivo era evidenciar os aspectos positivos da Escola de Paracatu e não focar no desastre do rompimento da barragem. No entanto, essas famílias, nos últimos três anos, foram muito requisitadas pela mídia e pela imprensa, expuseram suas vidas, seus sofrimentos e pouco foram beneficiadas. Tínhamos compreensão do quanto era incomodo e cansativo para essas famílias se envolverem ou colaborarem com a realização de mais um trabalho. Logo, decidimos que realizaríamos a pesquisa apenas com o número de alunos que demonstrassem interesse e tivessem o consentimento dos pais, sem demonstrar insistência.

⁶ Os nomes dos alunos e da professora são fictícios e foram escolhidos pelos próprios entrevistados.

Já o trabalho com as crianças não ocorreu da forma como prevíamos. Nossa ideia inicial era realizar uma roda de conversa com os três estudantes e posteriormente uma entrevista individual com cada um deles. No entanto, tivemos dificuldade de horários para a realização desses trabalhos, pois as datas previstas coincidiram com o recesso de outubro (semana da criança) e na semana posterior os alunos participaram todos os dias de uma gincana, realizada na Escola. Como já estávamos no final de outubro, realizamos apenas a entrevista individual, realizada na hora do recreio escolar a critério da direção. Além dos alunos demonstrarem timidez diante da nossa presença, eles se demonstraram impacientes, pois queriam retornar logo para brincar com os colegas. Desse modo, a maior parte das informações e detalhes sobre as riquezas simbólicas da Escola de Paracatu de Baixo foram obtidas através da entrevista realizada com a Profa. Selma.

Para realização das entrevistas utilizamos a técnica de áudio-gravação, com os nossos celulares, sendo transcritas posteriormente para análise dos resultados. O processo de transcrição foi de fundamental importância para percebermos falas e questões que passaram despercebidas no primeiro momento.

CAPÍTULO 3: UMA ESCOLA SOTERRADA PELA LAMA DE REJEITOS DA SAMARCO E O APAGAMENTO DAS SUAS RIQUEZAS SIMBÓLICAS

No distrito de Paracatu de Baixo 90% das construções foram danificadas, aproximadamente 140 famílias foram atingidas diretamente. Pequenos produtores e agricultores que tinham em suas casas a criação de vacas, galinhas, plantações de hortaliças e legumes perderam tudo. Hoje tentam recomeçar a vida, mas de forma diferente, pois já não tem sua terra para plantar e nem espaço criar seus animais.

A vinda brutal e inesperada dessas pessoas para Mariana tem trazido implicações de diversas ordens, pois a perda vai muito além das suas terras e de bens materiais. A rotina dessas pessoas foi alterada drasticamente. As histórias de vida e identidade foram deixadas para trás, as consequências são imensuráveis.



Figura 2: Paracatu de Baixo tomada pela lama – Foto de Raquel Freitas
Fonte: <http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2015/11/so-chorar-fala-lavrador-que-perdeu-tudo-em-paracatu-de-baixo-em-mg.html>. Acesso em: 23 nov. 2018

Nos primeiros momentos após o rompimento da barragem, os atingidos ficaram alojados em hotéis de Mariana. O Centro de Convenções da cidade foi utilizado para o recebimento de doações (roupas, calçados, materiais de higiene pessoal e alimentos). Com o passar dos dias, os atingidos foram remanejados para casas alugadas pela Samarco.

Com o rompimento da barragem instala-se o fim de uma trajetória educativa no campo, pois os alunos que até então estudavam na escola do local, perderam também a instituição. Todo o material pedagógico, objetos escolares e acervo documental foram tomados pela lama.



Figura 3: Escola Municipal de Paracatu de Baixo – Foto de Luzia Nunes retirada em 07 de julho de 2018.

Fonte: Acervo pessoal.

Na semana seguinte ao rompimento da barragem os alunos retornaram as atividades escolares, sendo transferidos para uma escola na zona urbana da cidade de Mariana - Escola Municipal Dom Luciano Pedro Mendes de Almeida, localizada no Bairro Rosário, onde ficaram até final do ano letivo. Como relata a Prof^ª. Selma:

(...) E a gente ficou lá até fechar o bimestre, fizemos prova, diário, fizemos tudo como manda o figurino. (...) Você tem que ir para escola ter aula, bora ter aula, aí você não tem roupa, não tem sapato, porque nada é imediato, não tem uma bolsa, a gente não sabia nem o que estava acontecendo com a gente ainda, estávamos sem chão, aí chega na escola, vamos pra sala de aula, aí tem a sala, onde está a caneta pra escrever no quadro? Onde é que estava a folha de xerox, o livro? Aí a gente sentava com toda carga, que eu

passsei os mesmos problemas das crianças e ficávamos um olhando pra cara do outro, tentando entender o que estava acontecendo com a gente. Aí do nada batia na porta, era a rede globo, aí despachava a rede globo, aí voltamos a olhar um pra cara do outro, aí vem a rede Record. Era desse jeito, e a gente sem saber qual postura deveria ter. **(SELMA-Professora da escola)**

No ano seguinte a Escola Municipal de Paracatu de Baixo foi transferida para uma casa alugada pela empresa Samarco no bairro Morro Santana, distante do centro da cidade, dificultando o acesso dos familiares até a Escola. Aliás, as casas alugadas em que as famílias residem encontram-se dispersas em bairros diferentes da cidade. Os alunos iam para a escola em um ônibus contratado pela Renova, fundação representante da Samarco, responsável por reparar os danos e os programas de indenização dos atingidos. A Escola permaneceu nesta casa até julho de 2018, poucas pessoas sabiam do seu funcionamento na cidade de Mariana, pois o foco maior da mídia concentrou-se na Escola Municipal de Bento Rodrigues. Apesar de funcionar por dois anos e meio no Morro Santana, nenhum vínculo foi estabelecido entre a Escola de Paracatu e os moradores do bairro. A Prof^a Selma relata que parecia existir uma bolha ao redor da escola, pois não havia interação nem mesmo com a população que residia ao seu redor.

Lá no Morro Santana foi tudo em paz, não houve convivência, isso é fato, a gente não conseguiu relacionar com o pessoal de lá. Ficamos dois anos lá no morro Santana! No final do ano agora de 2018 que duas pessoas foram trabalhar na escola, aí tinha mais ou menos um bom dia, mas nada demais. Era assim a gente estava num lugar, não sei nem te explicar, uma bolha⁷, pegava o ônibus, depois saía. **(SELMA - Professora da Escola)**

⁷ Expressão utilizada, pela Profa. Selma para definir a Escola de Paracatu no momento atual, uma vez que não existe elo com a comunidade local, tanto no Morro Santana e no novo prédio no centro de Mariana.



Figura 4: Prédio onde funcionou a Escola no Morro Santana
Fonte: Imagens extraídas do aplicativo Google Maps/Earth. Acesso em: 24 nov. 2018.

No dia 20 de agosto de 2018 foi inaugurada a nova Escola Municipal de Paracatu de Baixo, localizada na Av. Manoel Leandro Correa, no centro de Mariana. Atualmente tem 46 alunos matriculados, distribuídos entre a educação infantil e o ensino fundamental. A Escola funcionará neste prédio enquanto as famílias aguardam o processo de reassentamento com a construção de uma nova Paracatu de Baixo.

O prédio da instituição é bem diferente da Escola que funcionava em Paracatu. Por meio dos relatos dos entrevistados, fica perceptível a discrepância de um lugar para outro. O novo espaço possui 05 salas de aulas, 01 sala de direção, 01 sala de professores, 01 secretaria, 01 refeitório, 01 biblioteca e um pátio pequeno com grama sintética, sem cobertura. É uma instituição pequena, no centro da cidade, em uma avenida que tem trânsito de carro o dia todo. As crianças do fundamental I, ficam na instituição o dia todo, pela manhã tem aula regular e a tarde participam do tempo integral na instituição.

O atendimento recebido pelas crianças no Morro Santana e na atual vem do esforço de todos os funcionários que vem se desdobrando para fazer o melhor, pois mesmo estando no centro o descaso ainda é existente, a falta de materiais que antes a escola tinha não foi e não é suprida. Aos poucos as professoras vão improvisando com o que tem, ou materiais que conseguiram recuperar, mas são pouquíssimos.



Figura 5: Novo prédio provisório da Escola Municipal de Paracatu de Baixo

Fonte: Jornal a Sirene. Disponível em: <http://jornalasirene.com.br/educacao/2018/09/19/resultado-da-nossa-luta>. Acesso em: 24 nov. 2018.

3.1 O que mudou em relação às riquezas simbólicas da Escola?

Através das entrevistas realizadas com os estudantes e a Prof^a Selma, percebemos o quanto a rotina dessa Escola foi devastada junto com a lama. Antes de revelar os resultados das entrevistas iremos apresentar brevemente os atores que contribuíram com a realização desse trabalho. Alejandro e Pietra tem 11 anos e estão no 6º ano do ensino fundamental. No ano de rompimento da barragem estavam matriculados no 3º ano. Luan tem 9 anos e cursa o 4º ano do ensino fundamental, no ano do desastre estava no 1º ano. A Prof^a Selma tem 28 anos de atuação como docente. Formou-se em Pedagogia pela UFOP, no curso modalidade à distância e possui pós-graduação (*latu sensu*) em Psicopedagogia. Neste ano letivo ela atuava como professora da turma do 2º e 3º ano, uma sala bisseriada. Os entrevistados relataram aspectos do cotidiano escolar, antes e depois do rompimento da barragem. levando em consideração a escola e sua relação com a comunidade; com os familiares; com as brincadeiras; festas, entre outros aspectos.

3.1.1 “São pessoas que eu convivi muito”⁸: As relações de afetividade entre professor e aluno

De acordo com Campos (2014) é significativo o vínculo afetivo estabelecido entre os professores das escolas do campo e os alunos. O fato de ser uma escola pequena, em que os educadores são moradores da região e da comunidade, facilita o vínculo entre professor e aluno, sendo muitas vezes atrelada a relação também de parentesco. Em Paracatu de Baixo não era diferente, a Prof^a Selma ressaltou o quanto era próximo dos alunos e dos seus familiares:

Dentro da sala eu tenho dois afilhados, então não é a professora, é madrinha, madrinha, o tempo todo para olhar atividade, e com isso outros também vão me chamando de Madrinha. Eles chegam e tomam a benção, “a benção madrinha!”. Não é a professora que está ali no primeiro momento, é a madrinha, então mistura-se muito isso de ser professora e ao mesmo tempo ser madrinha. **(SELMA-Professora da escola)**

É possível então perceber que o Educador desempenha outra função social, além de transmitir conhecimento. Essas relações estão entrelaçadas, sendo difícil distinguir seus papéis de madrinha e professora. Essas mesmas relações não são comuns em escolas urbanas. Quando a Prof^a Selma diz: - “sou convidada para as festas de aniversário”, temos uma dimensão da sua importância e da valorização da sua presença nos momentos de comemorações familiares. Ela também faz parte daquele mundo, é vizinha, amiga, comadre, colega e, sobretudo, a Professora dos filhos. Ao citar seus alunos, ela fala com ar de intimidade, como quem conhece aquelas crianças muito além do ambiente escolar, ela sabe o que se passa em casa. “É uma relação muito forte, pois os alunos são meus afilhados, são meus vizinhos, são pessoas que ficavam muito na minha casa, até no dia do rompimento da barragem, tinham três crianças lá em casa” (Prof^a Selma).

Existe um envolvimento com as famílias devido às relações de proximidade, tanto que as crianças iam à casa da Professora, ficavam lá, tinham liberdade e percebiam seu lar como uma expansão do ambiente doméstico. É uma relação tão peculiar que nem

⁸ Os subtítulos nesse capítulo foram construídos utilizando trechos da transcrição da entrevista da Prof^a Selma.

a própria Prof^a Selma consegue distinguir os vínculos estabelecidos: - “É muito ligado mesmo com a vida pessoal, não tem como! Fica até difícil separar, eu não consigo separar essas duas, está muito envolvido.”

Esses relatos de familiaridade entre alunos e professores estão presentes também nas falas das crianças. O Alejandro nos disse que na sala todo mundo é primo, ou seja, todos os alunos se conhecem e viviam próximos em Paracatu de Baixo antes do rompimento da barragem que destruiu a comunidade. “Todo mundo é primo, não tem como não, desde o prezinho até o sexto ano nós estamos estudando assim primo né, e vamos ir até o nono ano” (Alejandro). Isso nos remete as relações de amizade que são criadas na infância e mantidas por longos anos no processo de escolarização.

Por mais que os alunos estejam matriculados na mesma turma, os vínculos foram alterados. Como as crianças moram em bairros diferentes da cidade de Mariana, a Escola passou a ser o único ponto deles. “Ah, aqui a gente vê só de vez quando, tipo, quando tem uma festa lá em Paracatu aí a gente vai e se vê ou na escola umas coisas assim. Só assim que a gente se vê” (Pietra). Os alunos sentem falta da proximidade que tinham dos amigos, de morar perto, de saírem juntos. O aluno Luan relatou: - “Não tenho os meus colegas perto. Isso é ruim, e meus amigos moravam perto de mim.” É perceptível o quanto lamentam esse distanciamento.

A escola é o ponto para encontro, é ali que eles se encontram, tanto que nenhuma mãe tirou menino da escola. Todos continuam na escola, como se fosse um elo mesmo, e assim fica meio sendo uma bolha. Quando a gente está dentro da escola é a escola de Paracatu, aí quando sai é outro mundo, tem um pedacinho ali que a está dentro da sala de aula, convivendo com os meninos é a escola de Paracatu, com todas as características, as crianças, quando tem uma festa, convida os pais, reunião. **(SELMA-Professora da escola)**

Os alunos também perderam esse contato frequente que tinham com a professora.

Tem alguns que moram próximos. Eu não tenho tanta informação, porque hoje já não tenho tanto contato com eles, isso já é reflexo. Então se eu não sei te informar exatamente o que está acontecendo é porque eu também não estou tendo contato com eles, são raras as oportunidades que a gente tem de encontrar. **(SELMA-Professora da escola)**

Outra riqueza simbólica mencionada pela Professora foi em relação às flores que recebia com frequência na Escola. Essas flores eram colhidas pelas próprias crianças nos jardins de suas casas ou no próprio trajeto até a Escola. Já em Mariana esse costume foi perdido, pois os alunos não encontram flores como tanta frequência como ocorria em Paracatu de Baixo. “(...) porque lá em Paracatu a gente recebia flores todos os dias, porque todos os lugares da zona rural tem flor, então eles levavam flores todos os dias, e aqui raramente eles trazem, de vez enquanto chega com alguma coisinha, mas bem fininha”.

3.1.2 “Eles não conhecem o meu filho, isso não acontecia lá”: O rompimento do elo entre a escola e comunidade

Não há como negar que as relações entre alunos, família, comunidade e escola mudaram completamente depois de novembro de 2015. O modo de vida em uma comunidade rural, tendo uma Escola que atendia a todos de uma maneira geral e que fazia parte da vida daquela população. Em Mariana, se sentem como estranhos, incomodados, a identidade do povo ficou em Paracatu. “Algo que me preocupa é que eles não conhecem algumas pessoas de Paracatu, porque vieram pra cá com quatro anos, hoje estão com sete. Por exemplo, eles não conhecem o meu filho, isso não acontecia lá” (Prof^a Selma).

Percebe-se que os vínculos estão se perdendo, uma vez que estão residindo na cidade de Mariana há três anos. É muito comum nessas comunidades pequenas todos os moradores se conhecerem e criarem uma rede de solidariedade, onde todos se ajudam, o que de certa forma traz impactos para a Escola, uma vez que a comunidade se envolvia mais.

Outro ponto é que a escola era uma fonte de emprego para moradores do distrito, que trabalhavam na Escola, justamente por ser mais perto de casa não precisavam se descolar para a cidade. Segundo a professora, a maioria das cantineiras era de Paracatu de Baixo. “Em 2016 as cantineiras ainda eram de Paracatu. Em 2017 deu uma diminuída, esse ano já não tem nenhuma” (Prof^a Selma). Essa mudança aconteceu também no campo docente. “Hoje em dia tem eu, a Elizete e a Silene de Paracatu. Os professores do 6º ao 9º também deu uma variada, mas quatro são que trabalhavam em

Paracatu” (Prof^a Selma). A diretora da Escola foi a mesma durante os últimos 08 anos antes do rompimento da barragem. Ela residia em uma comunidade próxima a Paracatu. No ano seguinte ao rompimento, uma pedagoga da cidade de Mariana assumiu a gestão escolar.

As festas escolares faziam parte da vida da comunidade, os moradores ajudavam e compareciam, sentiam-se bem em participar. “Se fosse fazer alguma atividade que precisasse, igual fizemos lá uma feirinha com alimentos, rosquinhas, aí todo mundo ajudou” (Prof^a Selma). As redes de solidariedade é uma riqueza simbólica das Escolas do Campo, em que os moradores se mobilizam para o bem coletivo.

Quando a gente fazia festa era para toda a comunidade, por exemplo, festa das mães, não era festa das mães dos alunos, era festa das mães da comunidade, todas as mães eram convidadas. (...) Tinha também em questão de festas, tinha a festa da escola, a festa junina, e tinha a festa da comunidade, que era a festa da comunidade com a escola, a escola fazia e a comunidade doava tudo, e a gente organizava a quadrilha e todo mundo dançava, ficava aquela coisa espontânea sem ensaio, aí cada um pegava seu par na hora, e eu sempre marcando a quadrilha fazendo aqueles passos que não precisa de ensaio. (SELMA-Professora da escola)

Hoje em dia, já não é possível notar a presença da comunidade nas festividades das Escolas, apenas os familiares dos alunos comparecem nas festas e nas reuniões de pais. Segundo a Profa. Selma antes era só atravessar a rua e praticamente já se chegava na Escola. Ao passar na rua a mãe via o menino na quadra e já conversava com a professora o que precisava, não necessitava de tanta formalidade, existia um passe livre para entrar.

Na fala dos alunos, também foi perceptível essa mudança de comportamento dos moradores em relação à participação na vida escolar. Segundo eles “ia todo mundo”. Na fala do Alejandro é possível levantar uma hipótese para entender esse distanciamento dos moradores nas festividades: “Aqui nós faz, só que é diferente, porque lá a festa junina todo mundo podia sair de casa assim, quase começando ou quase no meio. Aqui não, aqui você tem que chegar na hora porque se você perder o transporte como que você vai?”. Eles necessitam de um transporte, que tem hora de sair e hora para retornar. Não existe mais a informalidade de chegar em qualquer horário, simplesmente

atravessar uma rua e chegar e pronto. Acreditamos ser esse distanciamento o maior motivo do afastamento dos moradores e familiares nas festividades.

3.1.3 “Olha os atingidos, lá vem os atingidos, a escola dos atingidos, parou o trânsito por causa dos atingidos”: A perda da identidade dos moradores de Paracatu de Baixo

Nesse processo de transição do campo para a cidade, é evidente a perda da identidade dos moradores de Paracatu de baixo, que agora na cidade são denominados como “os atingidos”. Além das perdas materiais e imateriais, a população do antigo distrito ainda tem que lidar com o preconceito e a sensação de incomodo, sentindo-se como estranhos e “pobres coitados”, sendo que na realidade eles são vítimas e não gostam do termo atribuído, por muitos marianenses, de forma pejorativa. Relata a professora Selma: “Aliás, a gente sabe o que acontece, é um preconceito muito grande aos atingidos, eu cheguei até a não gostar muito desse termo, atingido, acho que separou uma classe”. E ainda acrescenta:

Eu acho que vamos continuar na bolha, o que tenho é que a gente vai continuar numa bolha mesmo, e assim, eu já senti que estamos incomodando, principalmente na hora que os meninos chegam e sai, porque tem que parar o trânsito, isso tem incomodando algumas pessoas, na verdade nós aqui em Mariana estamos incomodando.

A vinda dessas pessoas para Mariana as rotulou e criou categorias para definir esse momento cheio de incertezas e acontecimentos diferenciados, e conseguimos captar a seriedade disso por meio das falas capturadas nessa pesquisa. Quando a Prof^a Selma relata que “o mais sério nisso tudo é a bolha e os atingidos, porque essa bolha não existia”, ela nos mostra que estar em Mariana é algo doloroso. Os moradores enfrentam situações inimagináveis em decorrência de um desastre que vai permanecer por longos anos na vida dessas pessoas. Embora a Prof^a Selma relatou não gostar do termo atingido, ela compreende a importância de utilizá-lo. “Eu cheguei a não querer usar esse termo para referir a gente, mas depois fui entendendo, que isso ajuda a lutar pelos direitos, porque com atingidos os direitos são diferentes” (Prof^a Selma).

Acreditamos que por conta de todas essas questões as pessoas não conseguiram estabelecer relacionamentos saudáveis e criar vínculos com a cidade de Mariana. Por um lado não possuem sentimento de pertencimento e por outro, em momentos, deparam-se com situações repletas de significados afetando ainda mais a identidade dos moradores de Paracatu e os estudantes da Escola.

Esse sentimento vivido pelos moradores de Paracatu de não se sentirem acolhidos e de terem perdido suas identidades é marcante durante as entrevistas. Os alunos se referem ao antigo vilarejo como um lugar bom e fica visível o desejo de retornarem a residirem todos juntos e apontam que viver sem liberdade na cidade é um incômodo. Pietra ressalta que Paracatu de Baixo “era mais legal do que aqui, tinha as coisas pra fazer, de brincar e essas coisas assim”. A partir dessa fala é possível perceber a diferença entre ser criança no campo e, repentinamente, ser uma criança moradora da cidade.

3.1.4 “Eu não tenho espaço para brincar, só lá na garagem na minha casa”⁹: A percepção das crianças sobre o território do brincar e os momentos de diversão.

Segundo os relatos das crianças, o ponto em comum que todas citaram eram as brincadeiras, sejam elas em casa, na rua ou na escola. Ficou evidente o quanto tinham espaço para desenvolver suas atividades e recursos naturais que dispunham ao alcance facilmente. Essas brincadeiras eram sempre de correr e de se movimentar, uma vez que a escola contava com uma quadra grande. Na atual Escola esse espaço limita-se a uma área pequena e com grama sintética.

Eu gostava de quando acabava a escola, os meninos lá depois das 5 horas, descia pra quadra e ia brincar de bola né, aí não era todo dia assim não, mas era um dia sim, um dia não e lá era muito bom. Assim, não estou falando que aqui é ruim não, só que lá era melhor sabe? Dava pra brincar melhor, o espaço era maior, dava pra jogar bola. Aqui não, se você jogar a bola vai jogar lá do outro lado (*risos*) vai machucar alguma coisa, vai quebrar. Lá não, lá já tinha a quadra especificamente para jogar bola, o pátio lá era gigante e dava pra brincar de muita coisa. (**ALLEJANDRO- Aluno da escola**)

⁹ Trecho extraído da entrevista realizada com aluno Luan.

Ao longo da conversa com as crianças, esse saudosismo em relação as brincadeiras foram bastante ressaltado. Luan evidenciou este aspecto várias vezes ao longo da entrevista: “Porque lá era mais legal e maior.”; “Tinha um espaço.”; “Nós brincava na grama.”; “Em Paracatu eu brincava na rua.”; “Que lá era melhor porque era livre e aqui não é.”. Dentre essas falas recorrentes na narrativa do aluno Luan, uma tão pequena e que sintetiza o sentimento dessas crianças é: “Era livre.”

Com a perda do espaço físico na Escola, as brincadeiras na hora do recreio foram alteradas, pois perderam espaço da quadra que havia em Paracatu. Os alunos tiveram que adequar as brincadeiras no momento do recreio. “Lá o espaço era grande, a gente brincava de futebol; queimada; corta a três; rouba bandeira, a gente brincava de muita coisa lá, e aqui a gente não pode brincar. Igual a de futebol, lá a gente podia jogar futebol e aqui não pode né, é diferente” (Alejandro).

Quando ressaltam que não podem mais jogar futebol é pelo fato da escola situar em um centro urbano e não possuir um local adequado na instituição para esta atividade. Ao chutarem a bola um pouco mais alta, ela pode acertar alguém na rua ou quebrar um vidro de uma casa, de algum comércio ao redor ou quebrar os vidros da própria escola. Muitas brincadeiras são citadas, todas de correr, como pique pega, pique esconde, queimada, rouba-bandeira e corta a três, mas o brincar de bola é o que causa mais saudades entre eles. Para voltarem a jogar bola na escola, dependem de uma rede de proteção para que a bola não vá para outro lugar. Pietra aponta: - “só que ainda não dá, por causa que tem que ter uma rede por cima se não a bola vai pra outro lado, eles vão colocar ainda”.

Além dessas mudanças relativas ao espaço físico das brincadeiras na Escola, em Paracatu de Baixo as crianças brincavam com os primos sem terem receio do trânsito e podiam brincar juntas quando não estavam em horário escolar. Essas crianças passaram a brincar apenas no interior das casas que residem em Mariana. Alejandro deixa evidente essa mudança: - “sair pela rua andando de bicicleta, aqui não dá, se você sair de bicicleta um carro vai e atropela você, você não sabe pra onde que vai, não dá pra sair muito de casa”. Os outros alunos também relataram o trânsito como empecilho para as brincadeiras. Luan afirma: - “Aqui passa muito carro e lá não passava nenhum”. Fica evidente como o estilo de vida dessas crianças foi completamente afetado.

3.1.5 “Vão brincar de barro onde? A maioria mora em apartamento aqui, a escola é grama sintética”: a percepção da Professora sobre as mudanças nas brincadeiras

As brincadeiras, aspecto central nas memórias dos alunos, foi também destacado pela Prof^a Selma:

(...) porque os meninos de lá brincavam muito, brincadeiras antigas, brincava de roda, belisca, rouba bandeira. Isso era muito natural deles, e isso aqui a gente já vê que não tem acontecido, e é interessante que os meninos que não eram de Paracatu e que hoje estão com 3 anos, não sabem brincar de roda, você tem que ficar orientando, como se brinca de roda, e pra mim, isso é uma coisa estranha. Nunca imaginei uma situação dessa, de ter que ensinar a brincar de roda! Algo que se perdeu. Não vejo eles brincando espontaneamente. Dava o recreio e eles já iam para essas brincadeiras. **(SELMA-Professora da escola)**

Com isso, temos a percepção de que brincadeiras tradicionais estão se perdendo com o tempo e que as crianças que nasceram após o rompimento da barragem, apresentam um comportamento diferente dos que viveram parte da infância em Paracatu de Baixo. Entendemos que elas cresciam em um ambiente propício ao seu desenvolvimento. Atualmente, a professora se espanta em ter que ensinar uma criança a brincar de roda, coisa que era aprendido naturalmente.

Outro ponto que ela também levanta é a liberdade que as crianças tinham de brincar na rua, sem ter preocupações com o trânsito. Além disso, algumas atividades lúdicas contavam com a disponibilidade de recursos naturais, como o barro. De acordo com a Professora, as brincadeiras com barro era frequente entre as crianças.

Outra questão é as brincadeiras que vão se perdendo, antes jogavam as três Marias com a semente de olho de boi, e se bobear hoje em dia não vai brincar de barro também, porque vão brincar de barro onde? A maioria moram em apartamento aqui, a escola é grama sintética, então não vão brincar de barro, vai perder também. **(SELMA-Professora da escola)**

Com as brincadeiras das crianças era possível criar laços de amizades entre os moradores e familiares. Muitas vezes o convívio das crianças unia o elo entre os adultos da comunidade, seus familiares e profissionais da Escola.

Lá era totalmente livre, brincavam de tudo na rua, porque o movimento de carro não tinha nenhum, um espaço muito bom, as casas muito próximas, então os meninos brincavam muito na rua, de bola. Brincavam o tempo todo na quadra, mesmo quando não era o horário de aula, brincavam de bicicleta, de casinha, comidinha de barro, lembro que eu passava e tinha as comadres, e perguntava – O comadre que você tá fazendo aí? Aí respondia - Tô fazendo bolo, vem pra cá. E a gente não vê isso aqui na cidade, e isso lá era muito presente. **(SELMA-Professora da escola)**

Mas com toda essa transformação relativa às brincadeiras, um novo artefato preocupa a professora, o uso desde muito cedo do celular pelas crianças. Um reflexo dessa mudança, já que agora não tem espaço para brincar e precisam se distrair de alguma maneira, então a tecnologia vem e ocupa esse espaço perdido. “(...) uma coisa que tem me preocupado muito é o celular, porque assim crianças muito novas que tem um celular, crianças de sete anos que pode usar um celular, a vontade, tem whatsApp, está na internet, isso é uma questão que tenho observado muito” (Profª Selma).

Outro aspecto articulador entre a Escola e a comunidade era a quadra, tão evidenciada nas brincadeiras. Além de ser usada pela escola para a realização de atividades escolares e recreativas, era aberta a toda a comunidade. “Não tinha um horário de fechar essas coisas não. Era livre” (Profª Selma). Era na quadra que a comunidade se envolvia para ajudar, podemos perceber um dos pontos negativos dessa transição para cidade.

Eu acho que um dos pontos seria a relação das brincadeiras na quadra, porque era uma quadra pública, para toda comunidade, mas ela era muito usada pela escola, a gente tinha pleno acesso a quadra, tudo da escola era realizado na quadra. Educação Física, as brincadeiras, a festa junina, e isso aqui hoje não é possível mais, se tem que fazer algo, é dentro da própria escola, normalmente nas escolas na zona rural tem esses espaços públicos para fazer as apresentações. **(SELMA-Professora da escola)**

3.1.6 O pastel da Dona Laura, mania de bala e os causos do Mie: a representatividade de alguns moradores e sua ligação com a Escola.

Entre tantas perdas nas relações cotidianas da Escola é possível destacar também que o vínculo estabelecido entre moradores que tinham uma ligação forte com a vida em Paracatu e com sua comunidade educativa (alunos, professores e demais funcionários).

Lá a dona Laura era a questão do pastel, porque ela tinha a venda, aquela venda tradicional mesmo com balcão, que você chega e pede a pessoa, e tem de tudo. E a dona Laura era a figura da venda, então todos os meninos tinha esse contato com a dona Laura. E a dona Laura era mania dela a bala, os meninos entravam pra buscar alguma coisa pra mãe, ou beber uma água, ela tinha que dá uma bala. **(SELMA-Professora da escola)**

Percebe-se o apagamento de uma relação estabelecida entre as crianças, familiares e professores. A dona Laura era referência na comunidade, sendo citada durante as aulas e conhecida entre todos na escola. Um outro morador de representatividade para as crianças era o Mie, contador de causos de Paracatu. ”(...) Quando a gente queria alguma poesia aí era o Mié, que é contador de causos, ele que inventava poesias (...)”. Era comum os professores da Escola recorrerem ao Mie para contar causos para as crianças durante as aulas. Após a vinda das crianças para Mariana esses moradores foram, aos poucos, deixando de fazer parte do cotidiano escolar. A Profª Selma, ainda acrescentou que os alunos mais novos nem conhecem a dona Laura e o Mie.

Ano passado eu trabalhei com uma turma do 5º ano, e eu queria um caso para trabalhar com eles. A gente tinha um projeto, aí não tive como procurar o Mié. Foi até meu marido que me contou um caso que o Mié já tinha contado, aí eu fiz uma adaptação e levei pra sala de aula, eu não consegui mais que o Mié, fosse contar o caso. **(SELMA-Professora da escola)**

Hoje esses moradores, que eram referência na comunidade, não transitam mais na Escola e nem são procurados pelas crianças. Era uma troca cheia de significados e que deixou de existir e acontecer. Além da perda desse vínculo, todos os atingidos vivem angustiados sem saber como será a vida deles futuramente e se terão condições de criar outros vínculos que permitam que a “bolha”, salientada pela Profª Selma, seja rompida e outros laços construídos.

As vidas que essas pessoas levam hoje não as representam, vivem o tempo todo com o pensamento voltado para Paracatu de Baixo. “(...) Os moradores comentam que querem voltar, o que eles mais querem é voltar. Eles falam o tempo todo” (Profª Selma). A identidade dessas pessoas está em Paracatu, aqui em Mariana eles se tornam meros estranhos, onde não conhecem ninguém e vivem distantes das pessoas que moravam perto. Essas questões também são nítidas nas falas das crianças, revelando ansiedade

para conhecer o novo Paracatu. “Estou doido para conhecer o novo Paracatu”, diz o Alejandro quando é questionado se tem vontade de voltar para sua comunidade.

Em Paracatu a vida era mais calma, os pais conseguiam acompanhar a rotina dos filhos na escola, na maioria das vezes sem precisar entrar, da janela de casa dava pra escutar e ver, é o que relata a Professora Selma:

A escola como era de dois andares, tudo muito próximo, eu dava aula para a comunidade inteira, tem a dona Laura que ela sempre falava: Você fala heim, lá de casa eu fico escutando, você dá aula pra todo mundo, ela vivia falando isso comigo. É uma outra maneira das pessoas acompanharem também, os filhos brincando, as crianças gritando, é o recreio e o pai está acompanhando, silenciou agora estão na sala isso tudo não existe mais, tanto é que agora eles vem de transporte. **(SELMA-Professora da escola)**

Em Mariana os pais não conseguem acompanhar mais de perto essa rotina, pois moram longe da escola, outra coisa que mudou foi que as crianças vão para instituição de transporte, pois não tem mais a facilidade de irem caminhando. Em Mariana as crianças saem da Escola e se deparam com outro mundo, outra realidade que não é a delas. Ir embora para a casa, ao final da aula, significa deixar o pouco vínculo que ainda resta para esses estudantes, pois é um momento de distanciamento cultural, geográfico e identitário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em virtudes dos fatos mencionados, percebemos que o rompimento da barragem e a transição forçada dos moradores de Paracatu de Baixo para a cidade de Mariana vem trazendo impactos imensuráveis. Trata-se de perdas diversas, de origem material e imaterial, relacionadas com as casas, móveis, terras, trabalho, questões afetivas, identitárias, entre tantas outras.

A vida calma e cheia de significados que essas pessoas levavam, foi interrompida, e hoje vivem no caos da cidade, tentando se adaptar a uma realidade diferenciada, com outros costumes sociais e culturais. Percebemos que as pessoas vivem todos os dias sonhando com a volta as suas origens, ou seja, o imaginário em torno do novo Paracatu de Baixo com o processo de reassentamento das famílias.

Assim vivem os alunos, sentem saudades da liberdade e da tranquilidade de poder brincar na rua, ir à casa do vizinho e ir à casa da Professora. Sentem falta do lugarejo onde todos se conheciam, passar no bar da Dona Laura para ganhar uma bala ou comer o seu famoso pastel, ir atrás do Mie para conhecer os causos e poesias que ele inventava, subir na goiabeira, colher jabuticaba, jogar bola na rua e na quadra, chegar na janela da casa e avistar a Escola.

Durante as entrevistas realizados percebemos que foi lembrado momentos importantes da rotina dessas pessoas em Paracatu de Baixo, tanto no que se refere a vida escolar como também da vida em comunidade. Tais aspectos, evidenciados por estes atores, muitas vezes são ignorados pelos funcionários da Fundação Renova. São esses quadros de memórias que constituem suas vidas e suas histórias.

A escola de Paracatu de Baixo perdeu todo seu material pedagógico e sua história, hoje em dia as professoras e todos os funcionários da instituição tentam fazer o melhor que podem, construindo material didático para os alunos e tentando manter viva a memória de Paracatu de Baixo.

Percebemos o quanto as riquezas simbólicas presentes na Educação do Campo rompem com a ideia de pobreza e sucateamento verificada na história da Educação Rural. Ficou claro que ser professor e ser aluno de uma escola do campo é compartilhar de várias riquezas simbólicas inexistentes em uma Escola urbana. Fica evidente o

quanto é necessário um currículo escolar voltado às singularidades dos camponeses, é preciso pensar nos agentes dessa educação.

Outro aspecto muito evidente foram os impactos advindos pela mudança repentina e brusca para a cidade de Mariana. Os moradores tinham uma rotina bem peculiar, viviam no campo, estudavam no campo e conheciam todos os vizinhos. De repente se viram no meio de uma tragédia que repercutiu nacionalmente, passaram a lidar com o assédio da grande mídia, foram para cidade e perderam a identidade, passando a ser identificado como “os atingidos”.

Na escola não foi diferente, era mais um dia normal de aula, a escola estava lá, os móveis, os materiais, as pessoas e num piscar de olhos, já estavam instalados em outra Escola. No ano seguinte migraram para outro espaço provisório (prédio alugado no Morro Santana), sem espaço para brincar, perdendo as singularidades da rotina de uma escola do campo.

Esse trabalho demonstrou as minúcias do cotidiano de uma escola do campo, evidenciando relações peculiares da Escola em Paracatu de Baixo, as redes de solidariedade entre a instituição e a comunidade, entre outros tantos aspectos que foram levados juntos com a lama de rejeitos da Samarco. Ao contrário do que revela a bibliografia levantada sobre o histórico da Educação Rural no Brasil, verificamos que a escola do campo não é só pobreza e precariedade, mas sim um campo de possibilidades amplas, principalmente quando consideramos as riquezas simbólicas encontradas no cotidiano destas Escolas.

As crianças pequenas que estão matriculadas na Educação Infantil da Escola de Paracatu de Baixo estão vivendo um processo formativo diferente das crianças maiores. As redes de sociabilidade que estão construindo estão voltadas para um estilo de vida urbano, o que demonstra a necessidade de trabalhar o resgate das memórias escolares e da vida em Paracatu.

Procuramos demonstrar neste trabalho a complexidade das perdas envolvidas dos moradores de Paracatu de Baixo com o desastre do rompimento da barragem de rejeitos da Samarco, como a rotina dos moradores foi alterada, direcionando nosso olhar principalmente para as relações estabelecidas em torno da Escola. Com este trabalho também procuramos romper a visão estereotipada de que os processos educativos nas escolas do campo são deficitários e valorizar as riquezas simbólicas existentes no interior dessas escolas. As escolas do campo tem uma grande representatividade nas

comunidades em que estão inseridas, sendo muitas vezes a única presença do poder público na localidade.

Com as narrativas dos estudantes e da Prof^a Selma ficou evidente os impactos sofridos com o rompimento da barragem e a relação com seus processos identitários. Os “atingidos” possuem uma história, uma trajetória de vida com Paracatu de Baixo e diariamente lidam com o incomodo de terem que reconstruir outra lógica e outro estilo de vida.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

ARROYO, Miguel G. Os movimentos sociais e a construção de outros currículos. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 55, p. 47-68, jan./mar. 2015.

CALDART, Roseli Salete. Educação do Campo. In: CALDART, Roseli Salete et al. (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 259-267. Disponível em: <<http://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/1191.pdf>>. Acesso em: 21 nov. 2018.

CAMPOS, Alexndra Resende. **“Entre o rural e o urbano” política de nucleação, escolarização, relação família-escola e escola-família em comunidades rurais de São João del-Rei, MG. 2010**. 171 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.

CAMPOS, Alexandra Resende. **As práticas de escolarização de famílias rurais: um estudo comparativo entre famílias negras, mestiças e brancas do povoado de Goiabeiras, São João del-Rei, MG. 2010**. 187 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

DAMASCENO, Maria Nobre; BESSERA, Bernadete. **Estudos sobre Educação Rural no Brasil: estado da arte e perspectivas**. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v30n1/a05v30n1.pdf>>. Acesso em: 21 nov. 2018.

LEITE, Sergio Celani. **Escola Rural: urbanização e políticas educacionais**. II. ed. São Paulo: Cortez, 1999. 115 p. v. 70.

MAIA, Eni Marisa. **Educação Rural no Brasil: o que mudou em 60 ano?:** Ruralismo pedagógico, a tônica dos debates oficiais. 1882. Disponível em: <<http://www.emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/download/1403/1377>>. Acesso em: 21 nov. 2018.

MOLINA, Mônica Castagna; FREITAS, Helena Célia de Abreu. **Bibliografia comentada sobre Educação do Campo**. 2011. Disponível em: <<http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/view/2492/2449>>. Acesso em: 21 nov. 2018.

PORTES, Écio Antônio; MOREIRA DOS SANTOS, Apolliane Xavier. Educação Rural e Educação do Campo a partir de conceituações teóricas e dados empíricos de diferentes contextos de pesquisa. In: CARVALHO, Carlos Henrique; CASTRO, Magali (Org.). **Educação rural e do campo**. Uberlândia: Associação Brasileira das Editoras Universitárias, 2013. p. 61-99.

PORTO, Maria do Rosário Silveira. **Imaginário, cultura e escola rural**. 1994. Disponível em: <<http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/view/1950/1919>>. Acesso em: 21 nov. 2018.

RIBEIRO, Marlene. Educação Rural. In: CALDART, Roseli Salete et al. (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 295-301. Disponível em: <<http://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/1191.pdf>>. Acesso em: 21 nov. 2018.

ROCHA, Maria Isabel Antunes. Da Educação Rural à Educação do Campo: construindo caminhos. In: CARVALHO, Carlos Henrique (Org.). **Educação rural e do campo**. Uberlândia: Associação Brasileira das Editoras Universitárias, 2013. p. 13-32. v. 2.

SILVA, Maria Vieira; SILVA JÚNIOR, Astrogildo Fernandes. Políticas educacionais para a Educação do Campo: perspectivas curriculares em debate. In: CARVALHO, Carlos Henrique (Org.). **Educação rural e do campo**. Uberlândia: Associação Brasileira das Editoras Universitárias, 2013. p. 33-60. v. 2.

VENDRAMINI, Célia Regina. **Educação e trabalho: reflexões em torno dos movimentos sociais do campo**. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v27n72/a02v2772.pdf>>. Acesso em: 21 nov. 2018.

ANEXO 1: TERMO DE CONSENTIMENTO



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO – UFOP
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS- ICHS



Senhores pais ou responsáveis,

Somos Alunas do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Estamos realizando nosso Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) sobre as riquezas simbólicas da Escola Municipal de Paracatu de Baixo. Gostaríamos muito que seu (sua) filho (a) pudesse colaborar com nosso trabalho participando de rodas de conversas, a serem realizadas na escola, onde discutiremos as brincadeiras; memórias e interações do cotidiano escolar no campo e na cidade. Caso seu filho possa e tenha interesse em participar é necessário preencher e assinar os campos abaixo. Desde já agradecemos pela compreensão e colaboração de todos (as). Para esclarecimentos de dúvidas os familiares poderão entrar em contato com a escola ou através dos contatos: acrescentar telefone (whatsapp) e email.

Eu Anália Gracilda Sprague Paschoal (nome do
responsável) autorizo meu (minha) filho (a)

Alexandro dos Santos Paschoal (nome do
aluno/a) a participar do Trabalho de Conclusão de Curso sobre as riquezas simbólicas da Escola Municipal de Paracatu de Baixo, a ser realizado pelas estudantes Karini Aparecida Freitas e Tamiris Afonso de Oliveira, sob orientação da Profª Drª Alexandra Resende Campos.

Mariana, 19/9/2018

Anália G.S. Paschoal
Assinatura do responsável pela (a) aluno (a)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO – UFOP
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS- ICHS



Senhores pais ou responsáveis,

Somos Alunas do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Estamos realizando nosso Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) sobre as riquezas simbólicas da Escola Municipal de Paracatu de Baixo. Gostaríamos muito que seu (sua) filho (a) pudesse colaborar com nosso trabalho participando de rodas de conversas, a serem realizadas na escola, onde discutiremos as brincadeiras; memórias e interações do cotidiano escolar no campo e na cidade. Caso seu filho possa e tenha interesse em participar é necessário preencher e assinar os campos abaixo. Desde já agradecemos pela compreensão e colaboração de todos (as). Para esclarecimentos de dúvidas os familiares poderão entrar em contato com a escola ou por meio dos contatos: Karini - (31) 982806775 (karini.freitas@yahoo.com.br) Tamiris - (31) 975691091 (tamires.tog@hotmail.com)

Eu Elizama da Silva (nome do
responsável) autorizo meu (minha) filho (a)
João Vitor Simplicio da Silva (nome do
aluno/a) a participar do Trabalho de Conclusão de Curso sobre as riquezas simbólicas da Escola Municipal de Paracatu de Baixo, a ser realizado pelas estudantes Karini Aparecida Freitas e Tamiris Afonso de Oliveira, sob orientação da Profª Drª Alexandra Resende Campos.

Mariana, ___/___/___

Elizama
Assinatura do responsável pela (a) aluno (a)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO – UFOP
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - ICHS



Senhores pais ou responsáveis,

Somos Alunas do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Estamos realizando nosso Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) sobre as riquezas simbólicas da Escola Municipal de Paracatu de Baixo. Gostaríamos muito que seu (sua) filho (a) pudesse colaborar com nosso trabalho participando de rodas de conversas, a serem realizadas na escola, onde discutiremos as brincadeiras; memórias e interações do cotidiano escolar no campo e na cidade. Caso seu filho possa e tenha interesse em participar é necessário preencher e assinar os campos abaixo. Desde já agradecemos pela compreensão e colaboração de todos (as). Para esclarecimentos de dúvidas os familiares poderão entrar em contato com a escola ou através dos contatos: acrescentar telefone (whatsapp) e email.

Eu Juliana da Silva (nome do
responsável) autorizo meu (minha) filho (a)
Rafaela da Silva (nome do

aluno/a) a participar do Trabalho de Conclusão de Curso sobre as riquezas simbólicas da Escola Municipal de Paracatu de Baixo, a ser realizado pelas estudantes Karini Aparecida Freitas e Tamiris Afonso de Oliveira, sob orientação da Prof^a Dr^a Alexandra Resende Campos.

Mariana, 19/10/2018

Juliana da Silva
Assinatura do responsável pela (a) aluno (a)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

“LÁ EU ERA SELMA, A PROFESSORA, AQUI SOU SELMA, A ATINGIDA”: AS RIQUESAS
SIMBOLICAS DA ESCOLA DE PARACATU DE BAIXO ANTES DO ROMPIMENTO DAS
BARRAGENS DE REJEITOS DA SAMARCO

Graduandas: Karini A Freitas e Tamiris A Oliveira

Orientadora: Prof. Dr. Alexandra Campos Resende

Convidamos a Sr.^a Angélica Geralda Barenco Bardo a participar da Pesquisa “O papel da literatura para a percepção de gênero”, sob a responsabilidade da pesquisadora Karini Aparecida Freitas e Tamiris Afonso de Oliveira, graduandas em **Pedagogia**, na Universidade Federal de Ouro Preto. Sua participação é voluntária e se dará por meio de participação em entrevista semiestruturada, que será gravada apenas em áudio, se assim a Sr.^a autorizar. Esses dados serão guardados pela pesquisadora responsável por essa pesquisa em local seguro na UFOP, em gabinete da professora orientadora, por um período de cinco (5) anos e, após esse período, incinerados. A entrevista terá aproximadamente uma hora de duração e será realizada em espaço e horário previamente acordado por ambas as partes. A pesquisa poderá ser suspensa caso seja identificado algum risco ou dano ao estado moral, psíquico do sujeito participante. Se depois de consentir sua participação a Sr.^a desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa sem nenhum prejuízo a sua pessoa. A Sr.^a não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada em hipótese nenhuma, sendo guardada em sigilo.

Consentimento Pós-Infirmação

Eu, Angélica Geralda Barenco Bardo, fui informada sobre o que a pesquisadora quer fazer e por que precisa da minha participação na pesquisa. Por compreender toda a explicação, concordo em participar do estudo, sabendo que não ganharei nada e que poderei sair quando quiser. Este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e pela pesquisadora, ficando uma via com cada uma de nós.

Angélica Geralda Barenco Bardo
Assinatura do participante

Karini Aparecida de Freitas
Tamiris A Oliveira
Pesquisadoras responsáveis

Data: 21/09/18

ANEXO 2: ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS ALUNOS

1. Apresentação - explicar o nosso trabalho e pedir que escolham os nomes fictícios que usarão, uma vez que não podemos citá-los na monografia.
2. Realizar a conversa/entrevista abordando os seguintes aspectos:

-Formação

- Ano que estão cursando.
- Como está sendo a trajetória escolar

-Peculiaridades da Educação do Campo (Escola Municipal de Paracatu de Baixo)

- As lembranças da escola
- As brincadeiras no recreio
- O que gostavam de fazer
- Como eram as festas na escola
- Relação com os colegas e professores

- Transição do Campo para a Cidade (Escola em Mariana)

- O que mudou
- Diferença de estudar lá e aqui
- Do que brincam agora
- O que não podem mais fazer
- O que fazem que não podiam fazer antes

ANEXO 3: ROTEIRO DE ENTREVISTA COM A PROFª SELMA

- **Apresentação do trabalho** (explicar o que estamos chamando de riquezas simbólicas).

- **Atuação profissional e relação com a escola.**

- Formação Acadêmica
- Anos de atuação na docência
- Trajetória profissional na escola de Paracatu de Baixo
- Relação pessoal e profissional com a escola de Paracatu.

- **Peculiaridades da atuação em escolas do campo.**

- Comparação pedagógica entre escolas urbanas e do campo (relações de ensino-aprendizagem; relação professor aluno; relação aluno-aluno etc);
- O que é específico das escolas do campo (aspectos positivos e negativos);
- Afinidade docente (escolas do campo – distritos ou na cidade?);

- **Escola Municipal de Paracatu de Baixo em Paracatu de Baixo**

- Informações gerais sobre a escola (anos de existência; estrutura física da escola; modalidades de ensino; número de alunos; funcionários, horário de funcionamento);
- A Escola de Paracatu de Baixo na própria comunidade (em poucas palavras, o que isso significa);
- Relação da comunidade com a escola e da escola com a comunidade (no dia a dia; que tipo de vínculo os moradores estabeleciam com a escola e vice-versa; festas escolares e da comunidade etc.);
- Relação estabelecida entre os funcionários (os funcionários eram moradores da comunidade ou não);
- Relação estabelecida entre equipe pedagógica e alunos (espaço escolar e não escolar);
- Relação entre os alunos (espaço escolar e não escolar);
- Rendimento escolar dos alunos (disciplina/indisciplina escolar; processo de ensino-aprendizagem etc.);
- Peculiaridades da rotina escolar da escola de Paracatu de Baixo (brincadeiras; recreio, atividades lúdicas; merenda, aulas);
- O que era bom e o que não era bom na escola em Paracatu de Baixo.
- Redes de Solidariedade entre a comunidade educativa.

- **Escola Municipal de Paracatu de Baixo em Mariana**

- Processo de transição/estabelecimento em outro espaço escolar até chegar no prédio atual (principais dificuldades - profissionais; pedagógicas; estruturais etc.);
- A Escola de Paracatu de Baixo no centro de Mariana (em poucas palavras, o que significa);
- Relação da comunidade de Paracatu com a escola e da escola com a comunidade (que tipos de vínculo os moradores estabelecem - ou não estabelecem - com a escola e vice-versa; festas escolares etc.);
- Relação estabelecida entre os funcionários (o que mudou, o que permaneceu, quem são hoje os professores da escola etc.);
- Relação estabelecida entre a equipe pedagógica e os alunos (espaço escolar e não escolar);
- Relação entre os alunos (espaço escolar e não escolar);
- Rendimento escolar dos alunos (disciplina/indisciplina escolar; processo de ensino-aprendizagem etc.);
- Peculiaridades da rotina escolar da escola de Paracatu de Baixo em Mariana (brincadeiras; recreio, atividades lúdicas; merenda, aulas);
- Aspectos positivos e negativos na escola atual (o que se fazia lá e não se pode fazer aqui e vice-versa);
- Redes de Solidariedade no interior da instituição;
- Outros aspectos não abordados.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
Instituto de Ciências Humanas e Sociais

Certifico que o trabalho de conclusão de curso intitulado “Lá em Paracatu eu era Selma – a Professora, aqui em Mariana eu sou Selma – a atingida”: as riquezas simbólicas da escola de Paracatu de Baixo antes do rompimento da barragem de rejeitos da Samarco.” de autorias das alunas Karini Aparecida de Freitas e Tamiris Afonso de Oliveira foi aprovado sem recomendações de alteração pela banca examinadora e que estou de acordo com a versão final do trabalho.

Alexandra Resende Campos

Profª Drª Alexandra Resende Campos
Orientadora
Mariana, 06 de dezembro de 2018